



Diagnóstico Social Área da Educação

Agosto 2011

**Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Setúbal:
Dra. Carla Carvalho, Cáritas Diocesana de Setúbal
Dra. Marina Vinhas, Centro de Emprego de Setúbal – IEFP**

Diagnóstico Social da Educação

Análise dos resultados do Workshop do sector de Educação

O Grupo de Trabalho – “Educação” configurou uma das temáticas prioritárias identificadas em sede de Sessão Plenária do Conselho Local de Acção Social de Setúbal (CLASS), considerando a sua importância no quadro do Diagnóstico Social do Concelho.

Para o efeito foi realizado um *Workshop* que contou com a participação de um conjunto de parceiros com intervenções relevantes nos domínios da Educação, tendo sido utilizada a metodologia da “Nuvem de Problemas” acordada em Sede de Núcleo Executivo do CLAS e utilizada em todos os *Workshops* realizados no âmbito do processo de construção do Diagnóstico Social da Rede Social de Setúbal.

Como resultado desta metodologia foram identificadas cinco unidades temáticas (nuvens), cuja análise se desenvolveu em função do seu agrupamento em problemas ou potencialidades, a saber:

- Docentes
- Alunos
- Família
- Articulação/Parceria
- Recursos

Docentes

Na unidade temática “DOCENTES” foram identificados os seguintes problemas / potencialidades:

Problemas:

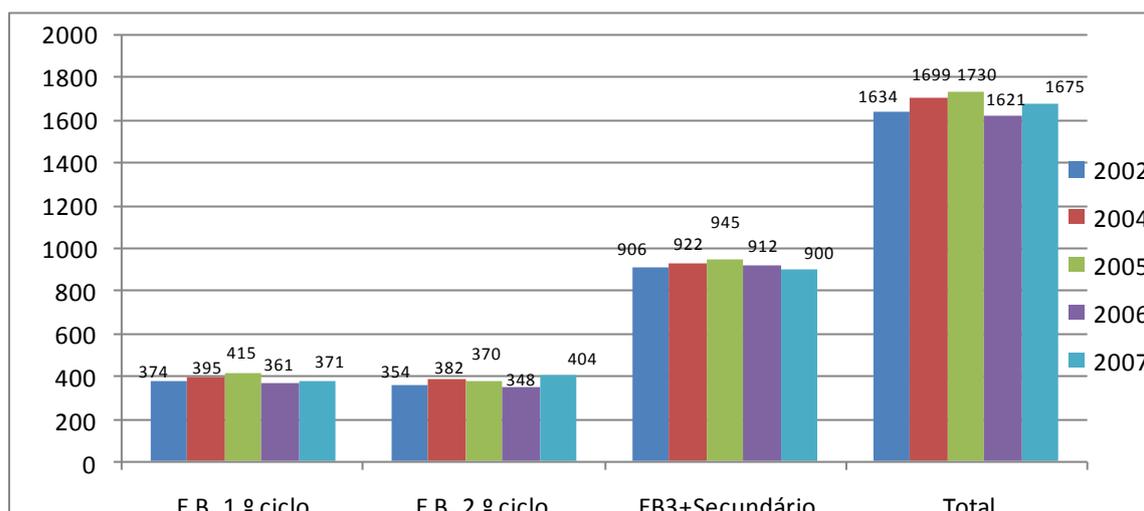
- *Turmas com número elevado de alunos logo o ensino não pode ter mais qualidade;*
- *Falta de tempo lectivo para abordar temáticas como a saúde e cidadania;*
- *Formação de Professores e Assistentes Operacionais;*
- *Falta de motivação para os Professores (demasiadas alterações na carreira).*

Potencialidades:

- *Disponibilidade dos Docentes/Professores.*

Considerando a análise de alguns indicadores disponíveis, produzidos pelo Observatório de Desenvolvimento Económico e Social da Área Metropolitana de Lisboa, é possível observar que, no Município de Setúbal, no período compreendido entre 2002 e 2004 se verificou um crescimento do número (n.º) de Professores em todos os níveis de ensino, tendência que se veio a alterar no período compreendido entre 2005 e 2006. Contudo, em 2007, verifica-se um crescimento do n.º de Professores em quase todos os níveis de ensino, com excepção para os Ensinos básico e secundário.

Figura 1: N.º de Professores do Município de Setúbal nos vários ciclos de ensino entre 2002 e 2007



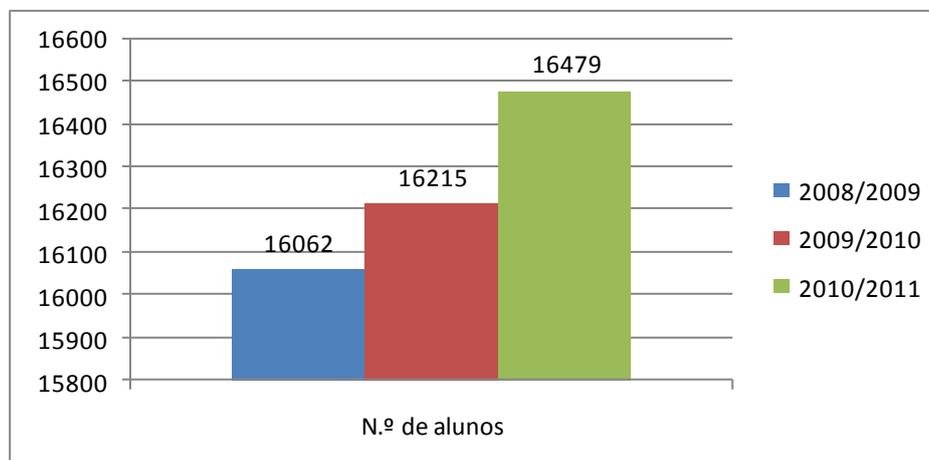
Fonte: Observatório de Desenvolvimento Económico e Social, Área Metropolitana de Lisboa, Relatório Sectorial – Educação, 2010

Sobre esta matéria importa observar que no Diagnóstico realizado anteriormente (2006) foi dada uma particular atenção ao défice de pessoal não docente (Assistentes Operacionais) enquanto na discussão actual é dado mais relevo à falta de pessoal docente, continuando a persistir a falta de dados sobre o rácio aluno/pessoal docente e não docente.

Quanto ao problema equacionado das “turmas com elevado n.º de alunos” e não havendo estudos disponíveis sobre esta evolução, apenas foi possível aferir pelos dados disponibilizados pela Equipa de Apoio às Escolas (EAE) que nos últimos 3 anos, se verificou um efectivo aumento do n.º de alunos no Ensino básico e secundário, conforme se pode observar no gráfico seguinte, tendência igualmente observada no anterior Diagnóstico, que

dava conta de um crescimento positivo no n.º de alunos do Ensino básico, nos anos lectivos compreendidos entre 2004 e 2006.

Figura 2: Evolução do n.º de alunos no Concelho de Setúbal de 2008/2009 a 2010/2011



Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

Pela análise do quadro seguinte, relativo ao ano lectivo 2010/2011, é possível observar o n.º de alunos inscritos no conjunto dos Agrupamentos e escolas públicas não agrupadas, em todos os ciclos de ensino, desde o 1.º ano do 1.º ciclo até ao 12.º ano de escolaridade.

Tabela n.º 1: N.º de alunos do Concelho de Setúbal por ciclo de ensino no ano lectivo 2010-2011

Agrupamento de escola (AE)/Escola Secundária (ES)	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	SEC.	Outros PCA, Modul.	TOTAL
AE Azeitão	658	420	588	0	108	1774
AE Ordem de Sant'Iago	751	627	384	71	111	1944
AE Luisa Todi	1183	679	398	0	46	2306
AE Barbosa du Bocage	998	782	432	0	0	2212
AE Lima Freitas	444	279	394	322	20	1459
AE Escola Cetóbriga	856	500	489	0	50	1895
ES Bocage	0	0	567	675	241	1483
ES D. João II	0	0	475	647	0	1122
ES D. Manuel Martins	0	0	302	707	0	1009
ES Sebastião da Gama	0	0	621	621	218	1460
TOTAL	4890	3287	4650	3043	794	16664

Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

Por comparação aos dados apresentados no anterior Diagnóstico, é possível observar que se verifica uma tendência de crescimento positivo na ordem dos 5% no n.º de alunos do Ensino básico, tendo em conta a variação entre o n.º total de alunos do Ensino básico no ano lectivo 2005-2006, que registava um total de 12251, e o ano lectivo em curso (2010-2011), que regista um total de 12827 alunos.

Neste contexto, o **“aumento do n.º de alunos por turma”** pode, efectivamente, trazer constrangimentos na qualidade do ensino, tal como foi referido pelos participantes, tanto mais quando se associam outras questões relacionadas com o perfil dos alunos e os seus contextos familiares.

Quanto à **“falta de tempo lectivo para abordar temáticas como a saúde e cidadania”**, esta questão deve merecer melhor aprofundamento pois a tendência verificada nos últimos anos, com as reformas introduzidas no Sistema de ensino, contrariam esta visão, na medida em que foram adicionados tempos lectivos para o desenvolvimento de outras matérias, de que são exemplo as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º ciclo, o “Estudo Acompanhado” e “Área de Projecto”, nos 2.º e 3.º ciclos, áreas onde podem ser abordadas as temáticas em apreço.

A **“falta de formação de Professores e Assistentes Operacionais”** foi outro constrangimento referenciado pelo Grupo de Trabalho. Relativamente a esta questão, o debate foi demasiado sucinto para se poderem retirar conclusões mais consistentes, embora este registo possa estar associado ao facto do actual Sistema de formação estar sujeito a processos e regras de certificação que podem, eventualmente, condicionar o desenvolvimento dos processos de formação contínua.

Por fim e no que respeita à **“falta de motivação dos Professores”**, podem ser apontadas, entre outras razões, as sucessivas reformas do Sistema educativo introduzidas nos últimos anos, com alterações nas carreiras e no Sistema de avaliação, factores estes que, associados às características e contextos sociofamiliares dos alunos, podem ajudar a compreender tal condição.

Esta questão já tinha merecido no Diagnóstico anterior uma particular atenção, considerando as mudanças estruturais ocorridas nos últimos anos, com implicações na organização do Sistema educativo, através, designadamente de medidas de combate ao insucesso escolar e ao abandono escolar, assim como de estímulo à participação das famílias na vida escolar dos

filhos (ex. introdução da justificação da faltas por motivo de acompanhamento educativo dos filhos, no actual Código do Trabalho).

Em contrapartida foi sublinhada “**a disponibilidade dos Professores**” como uma das grandes potencialidades para uma concepção de Escola mais voltada para o aluno-cidadão.

Alunos

Na unidade temática “ALUNOS” foram identificados os seguintes problemas/potencialidades:

Problemas:

- *Absentismo / abandono escolar;*
- *Ausência de noção de “projecto de vida” (lógica imediatista) /alunos desmotivados e sem objectivos;*
- *Indisciplina;*
- *Contextos de (pré) delinquência;*
- *Consumo de substâncias psicoactivas (spa’s) pelos adolescentes;*
- *Baixas expectativas relativamente à escola / Desvalorização do sucesso escolar;*
- *Acompanhamento familiar aos alunos;*
- *Acompanhamento técnico pais/alunos.*

Potencialidade:

- *Possibilidade de melhoria de vida.*

Um dos factores negativos recorrentemente apontado e também referenciado no Diagnóstico anterior é “**o insucesso e o abandono escolar**” cujos dados disponíveis merecem ser analisados.

No que respeita à **taxa de abandono escolar**, Setúbal registava em 2007, uma percentagem de 2,5%, valor muito aproximado à taxa nacional (2,7%).¹

Se tivermos em conta os indicadores de educação por Município (INE, Portugal, 2009, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008) podemos verificar que a **taxa de escolarização** é um indicador com bastante importância, uma vez que permite a análise da relação percentual que existe entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de escolaridade e a população total residente com idade adequada para a frequência desse ciclo.

¹ Indicadores de Escolarização da Plataforma Supra Concelhia da Península de Setúbal, Junho 2009.

Assim, é possível observar que a última taxa de pré-escolarização apurada, que abrange a população residente dos 3 aos 5 anos, apresentava para o Concelho de Setúbal um valor de 58,78%, muito próximo ao valor médio da Península de Setúbal, e inferior à registada em Portugal (79,8%).

Quanto à **taxa bruta de escolarização no Ensino básico**, que relaciona o número de alunos matriculados e a população total residente dos 6 aos 14 anos, o Município de Setúbal apresentava um valor de 131,18%, valor este, superior ao registado em Portugal (121,3%).

No que respeita à **taxa bruta de escolarização no Ensino secundário** que mostra a relação percentual entre o número de alunos matriculados no Ensino secundário e a população total residente dos 15 aos 17 anos, Setúbal apresentava uma taxa de 117,32%, superando os 101% registados em Portugal, pese embora a Península de Setúbal no conjunto dos seus Municípios, apresentasse uma taxa ligeiramente inferior (100,1%).

Relativamente à **taxa de retenção e desistência**, que se refere à percentagem dos efectivos escolares que permanecem (insucesso ou melhoria de qualificações) no Ensino básico em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ciclo, o 3.º ciclo do Ensino básico é o que apresenta as taxas de retenção e desistência mais elevadas (17,85%) relativamente ao 1.º ciclo (4,88%) e 2.º ciclo (13,85%), superando o valor para Portugal, que se situava nos 14%.

A **taxa de transição/conclusão no Ensino secundário** incide sobre os alunos que concluem o 12.º ano e os alunos do 10.º e do 11.º ano que têm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas ou em todas menos duas.

O valor registado em Setúbal (77,07%) é inferior ao registado para Portugal (79,0%), sendo superior nos cursos gerais científico - humanísticos (78,61%) e mais baixo nos cursos tecnológicos (66,78%).

Estes dados permitem-nos extrapolar para alguns factores que podem estar associados ao insucesso e ao abandono escolar, tais como a desmotivação, a indisciplina, os consumos de spa's pelos adolescentes, a ausência de noção de projecto de vida, terminando nas baixas expectativas dos jovens relativamente à Escola. A estes factores pode acrescer, tal como foi referido pelos participantes, a falta de acompanhamento familiar dos alunos e, por contra posição, a falta de acompanhamento técnico aos pais e aos alunos.

Quanto ao factor “ **indisciplina**” é, sem dúvida, um tema muito discutido e na ordem do dia, seja no contexto escolar, seja no contexto familiar ou social.

Neste quadro, as questões equacionadas pelo grupo de trabalho apontam para a necessidade de se proceder a uma reflexão sobre a relação entre *“motivação dos alunos, desvalorização da escola, ausência de projectos de vida, baixas expectativas dos alunos relativamente à Escola, indisciplina escolar e a responsabilidade da família na educação das crianças e jovens”*.

Não pretendendo responsabilizar a família pelas modificações sociais, as questões equacionadas apontam para a importância da partilha de responsabilidade entre pais e Professores e, ainda, para a questão do acompanhamento familiar aos alunos e do acompanhamento técnico aos alunos e aos pais.

Neste contexto será de referir a existência de técnicos, entre eles os Psicólogos (ex. SPO's), recrutados no âmbito da autonomia dos Agrupamentos ou Escola, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro, para prestação de actividade regulada, nos termos do “Estatuto da Carreira Docente”, desenvolvendo a sua acção nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos Ensinos básico e secundário, ressaltando três domínios, considerados os mais relevantes para a sua intervenção:

- O apoio psicopedagógico;
- O apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa;
- A orientação escolar e profissional.

Em matérias relacionadas com a articulação escola/família/comunidade são atribuídas aos Psicólogos e outros técnicos, efectivamente, um conjunto de competências para resposta a alguns dos problemas identificados, pese embora seja recorrente a referência à insuficiência de recursos humanos nesta área técnica, bem como a sua reduzida capacidade de resposta face às necessidades.

Contudo, e considerando a relevância do conjunto das questões equacionadas, importa analisar os problemas da educação no seu todo, enquanto sistema fundamental ao desenvolvimento de qualquer sociedade, constatando-se, tal como ficou patente na reflexão conjunta efectuada pelos participantes do Grupo de Trabalho, que *“os alunos não estão concentrados e motivados e nem sempre mostram prazer em aprender e quando se pretende apurar responsabilidades, normalmente a culpa recai sobre o aluno, o Professor ou os pais”*.

Nesta linha e tal como referenciado em alguns textos² que têm vindo a ser produzidos sobre estas problemáticas, as causas principais dos problemas associados aos comportamentos disfuncionais e às atitudes desajustadas dos alunos, poderão estar relacionadas com o

² Bzuneck, José Aloyseo, A motivação do aluno: Aspectos introdutórios, 2009.

Sistema social, designadamente com a “*valorização da vida fácil, dos bens de consumo, uma certa superficialidade em detrimento do trabalho, da dificuldade, do esforço e do mérito*”.

Por outro lado, importa observar que “*as baixas expectativas dos jovens*” referenciadas pelos participantes do Grupo de Trabalho poderão configurar uma reacção de defesa, levando os jovens a optar pelo facilitismo e pela rotina escolar, perdendo confiança nas suas capacidades e interesse pela escola.

Neste âmbito será de referir as boas práticas desenvolvidas pelas escolas, espelhadas em inúmeros projectos estimulantes e enriquecedores, traduzidos não só em actividades práticas, mas também em acções de reflexão sobre as problemáticas que envolvem toda a comunidade educativa.

No cômputo geral, importa, ainda, sublinhar, que pese embora todos os constrangimentos equacionados, foi de algum modo consensual que a *escola/educação* constituem factores - chave para a melhoria das condições de vida da sociedade em geral, e dos seus cidadãos, em particular.

Família

Nesta unidade temática foram identificados apenas **problemas**, a saber:

- *Falta de colaboração parental;*
- *Ausência de incentivo familiar para prossecução dos estudos;*
- *Meio familiar, ausência ou negligência de acompanhamento;*
- *Fraca implicação parental/familiar no percurso formativo dos jovens;*
- *Problemas sociais = pouco envolvimento pais / encarregados de educação no futuro escolar /profissional dos educandos.*

Tal como referenciado no Diagnóstico anterior, a articulação e a implicação da família no processo educativo dos alunos continua a merecer uma particular atenção, considerando, nomeadamente, a importância da promoção do diálogo sobre práticas educativas e as vivências juvenis, processo fundamental para a construção de sentidos para a escolarização, tanto para Professores como para alunos e suas famílias.

Considerando que as expectativas de êxito e de projectos futuros devem ser construídos na Escola, enquanto espaço de discussão e formulação privilegiado para estas questões, importa observar que os problemas equacionados são, de alguma forma, recorrentes, continuando a articulação escola/família a merecer uma particular atenção.

Sendo a família uma célula fundamental da sociedade, é certo que ambas são variáveis interactivas ou moderadoras. Porém, a família não deixa de ser a raiz da sociedade, constituindo-se como o grupo mais primitivo e nuclear, sendo certo que as transformações sociais ocorridas desde a 2.^a metade do Séc. XX, provocaram profundas convulsões e alterações no seio da família, havendo, até, estudiosos que apontam para uma crise de identidade da família e, num plano mais vasto, para uma crise de outras instituições a esta ligada, nomeadamente a Escola.³

Contudo as representações das famílias sobre a escola, tal como já referenciado no anterior Diagnóstico, continuam a não estar presentes nesta reflexão, uma vez que no grupo de trabalho apenas participaram técnicos e profissionais da área educativa, não tendo havido lugar à participação dos pais/ encarregados de educação e alunos.

Pelo que, os problemas aqui identificados, são “o espelho” da preocupação que a articulação escola/família continua a merecer a técnicos e profissionais, sendo certo que se devem encontrar plataformas de entendimento e de compromisso entre todas as partes, uma vez que o sucesso escolar e a melhoria do Sistema educativo dependem de todos os seus agentes (aluno/Professor/família).

Articulação / parceria

Nesta unidade temática foram identificados os seguintes problemas/potencialidades:

Problemas:

- *Falta de articulação Equipas: escola / Centro de Formação Profissional;*
- *Pouca articulação entre instituições: escola/Segurança Social/ Centro de Saúde/RSI/CPCJ.*

Potencialidades:

- *Cooperação entre instituições;*
- *Maior articulação das escolas com os projectos / entidades envolvidas (programa Escolhas, IPSS, etc.).*

³ Oliveira, José H. Barros, Psicologia da Educação Familiar, Almedina, 1994, pág. 5-6.



O desenvolvimento de parcerias e a complementaridade de serviços constituem uma base fundamental no processo de desenvolvimento social do Concelho.

É de realçar, o facto de esta questão ter sido equacionada transversalmente em todos os grupos de trabalho, tendo merecido, de igual modo, um particular destaque na temática mais vasta da Educação.

Pese embora seja de ressaltar as potencialidades destacadas, continuam ainda a persistir dificuldades assinaláveis e que devem merecer mais atenção, designadamente a cooperação entre as escolas do Concelho e o Centro de Formação Profissional do IEFP, I.P., designadamente em matéria de ajustamento das ofertas formativas às necessidades e interesses dos alunos/jovens.

Neste âmbito será de referir as reformas do Sistema de formação profissional e do Sistema educativo introduzidas em 2007, que apontam, claramente, para uma nova lógica de articulação e integração dos dois Sistemas de Educação e Formação.

Actualmente, assiste-se à promoção de um Sistema comum de educação e formação de jovens e adultos e a uma regulação da oferta formativa, pese embora as questões do ajustamento continuem a merecer uma particular atenção.

Por outro lado, se as dificuldades de articulação continuam a ser equacionadas como um problema, a verdade é que também são referidas como uma potencialidade, sendo inquestionável a sua mais valia para o desenvolvimento social do Concelho de Setúbal.

Recursos

Nesta unidade temática foram identificados os seguintes problemas e potencialidades:

Problemas:

- *Necessidade de técnicos especializados nas escolas (equipas multidisciplinares) + Carência de orientação vocacional para os jovens nas escolas;*
- *Pouca oferta escolar / profissional - equivalência 2.º ciclo + Falta de cursos aliciantes para jovens (ex: mais práticas, ...) + dificuldade em diversificar ofertas formativas;*
- *Deficientes condições de algumas escolas do Concelho + escola sem equipamentos desportivos (ginásios) + Verbas, número de escolas, Professores contratados;*
- *Dificuldades das famílias – aquisição de material escolar / manuais;*
- *Inclusão de alunos com “Necessidades Educativas Especiais (NEE), sem condições para trabalhar com estes alunos.*

Potencialidades:

- *Oferta educativa diversificada + Maior oferta educativa/formativa – Programas Curriculares Alternativos (PCA) e Cursos de Educação e Formação (CEF) + possibilidade de frequência das acções / cursos CEF como alternativa ao ensino regular;*
- *Maior oferta de actividades extra-curriculares na escola + os alunos têm as mesmas oportunidades;*
- *Aumento do pré-escolar;*
- *Obras no parque escolar.*

Tal como já referido na unidade temática “ALUNOS”, “a necessidade de técnicos especializados e de equipas multidisciplinares nas escolas” é uma realidade, tanto mais quando são apontados um conjunto de problemas que carecem de intervenções especializadas.

Neste contexto, será de fazer novamente referência à existência dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO’S) que desenvolvem a sua acção nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Neste contexto, será de fazer novamente referência à conjugação de diferentes factores que estão directamente envolvidos na qualidade do Sistema como a formação dos recursos humanos e ainda os recursos especializados de apoio, nos quais se enquadra o Psicólogo e que desenvolvem a sua acção nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

O Psicólogo aparece como um facilitador interagindo e acompanhando o desenvolvimento pessoal dos alunos, assim como o seu projecto de vida, sendo-lhe atribuído um papel importante no processo educativo, responsabilizando-o pelo acompanhamento do aluno no seu

percurso escolar, contribuindo para a identificação dos seus interesses e aptidões e intervindo sempre que a situação ensino/aprendizagem esteja de alguma forma prejudicada.

Ao Psicólogo competem variadas funções, designadamente:

- *Contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, assim como a construção de sua identidade pessoal;*
- *Conceber e participar na definição de estratégias de superação em situações concretas;*
- *Intervir ao nível psicológico e psico-pedagógico;*
- *Promover a cooperação entre agentes educativos, nomeadamente, pais, Professores e restante comunidade escolar e destes com os alunos;*
- *Desenvolver acções de aconselhamento pessoal e vocacional;*
- *Colaborar em conjunto com a comunidade educativa em acções de prevenção.*

Para além dos Psicólogos (ex. SPO's) e outros técnicos, importa ainda mencionar os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), que dispõem de uma equipa multidisciplinar para acompanhamento do processo educativo dos alunos e articulação com a família/comunidade. No caso do Concelho de Setúbal, apenas a Escola Básica e Secundária da Bela Vista integra esta rede.

Quanto às **“questões associadas às ofertas formativas”** e tal como já foi referido na unidade temática “FAMÍLIA”, com as reformas recentemente introduzidas, que resultaram na integração dos Sistemas de educação/formação e na diversificação das ofertas formativas, persistem algumas dificuldades relacionadas com o ajustamento entre a oferta e a procura de acções de educação e formação, tanto de jovens, como de adultos.

Os problemas mais recorrentes relacionam-se com a falta de oferta formativa para os públicos (jovens e adultos) menos escolarizados, designadamente ofertas formativas para conclusão do 6.º ano - Cursos de Educação Formação (CEF) T1 e Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) B2 -, bem como diversificação das áreas de formação sobretudo nos níveis de qualificação mais baixos. Por outro lado, o desenvolvimento de acções com componentes mais práticas, também implica a existência de infra-estruturas, de que nem sempre as escolas dispõem.

Nesta linha, uma das questões equacionadas pelo Grupo de Trabalho prende-se com os **equipamentos**, matéria que já no anterior Diagnóstico mereceu uma particular atenção, considerando a relação necessidades/respostas de construção e/ou manutenção de equipamentos.

No actual Diagnóstico, o destaque foi para **“as deficientes condições de algumas escolas nomeadamente, a existência de escola sem equipamentos desportivos”**. Efectivamente, esta realidade visível nas escolas mais antigas de 1.º ciclo, uma vez que as escolas mais recentes já obedeceram a projecto de construção com inclusão de equipamento desportivo. Relativamente às Escola do 2.º e 3.º ciclos + Secundárias segundo informações da Equipa de Apoio às Escola, apenas a ES Dom Manuel Martins não possui este equipamento, tendo contudo, um protocolo de utilização do Gimnodesportivo das Manteigadas.

No que respeita aos **equipamentos desportivos**, há a registar a conclusão do novo Pavilhão Gimnodesportivo da Escola de Aranguês.

É possível, ainda, observar o n.º de estabelecimentos de ensino públicos do Concelho de Setúbal (71) distribuídos pelos seguintes níveis de escolaridade:

Tabela 3: Número de estabelecimentos de ensino do Concelho de Setúbal segundo níveis de ensino

Concelho	Educação pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário	Ensino superior	Total
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Setúbal	9	34	7	10	7	4	71

Fonte: Observatório de Desenvolvimento Económico e Social, Área Metropolitana de Lisboa, Relatório Sectorial – Educação, 2010

Quanto **“às verbas”**, não existem dados disponíveis sobre as dotações orçamentais dos estabelecimentos de ensino e no que respeita ao **“n.º de Professores”**, os dados disponíveis relativos à sua evolução, foram apresentados na unidade temática “DOCENTES”.

Relativamente **“às dificuldades das famílias na aquisição de material escolar/manuais”**, matéria já referenciada no Diagnóstico anterior, apenas existem dados disponíveis sobre a Acção Social Escolar (ASE), que tem por objectivos:

1. Garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares a todos os alunos dos ensinos básico e secundário.
2. Adequar medidas de apoio socioeducativo destinadas aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações financeiras.

As disposições legais que regulamentam esta medida estão contempladas na seguinte legislação:

Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro: Regulamento do regime de fruta escolar

Decreto-Lei nº 55 /2009 de 2 de Março: Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da Acção Social Escolar.

Despacho n.º 18987/2009, D.R. n.º 158, Série II de 2009-08-17: Regula as condições de aplicação, para o ano lectivo de 2009-2010, das medidas de Acção Social Escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios.

Despacho nº 14368-A/2010 de 14 de Setembro: Regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar nas modalidades de apoio alimentar, alojamento, auxílios económicos e acesso a recursos pedagógicos para o ano lectivo 2010 – 2011.

Sobre esta matéria e segundo os dados disponibilizados pela Equipa de Apoio às Escolas ⁴ tem-se assistido a um ligeiro crescimento do número de beneficiários da Acção Social Escolar (ASE) nas escolas da área geográfica do Concelho de Setúbal, no período compreendido entre 2008 e 2011.

Contudo, o aumento não é geral para todas as escolas, podendo concluir-se que se tem verificado uma estabilização nos últimos anos, conforme se pode observar pela análise do quadro seguinte.

Tabela 4: Evolução do n.º total de alunos e dos alunos com ASE de 2008/2009 a 2010/2011

Agrupamento de escola (AE) / Escola Secundária (ES)	2008/2009		2009/2010		2010/2011	
	Total alunos	Alunos c/ ASE	Total alunos	Alunos c/ ASE	Total Alunos	Alunos c/ ASE
AE Azeitão	1639	196	1659	198	1774	207
AE Ordem de Sant'Iago	1823	887	1866	1166	1944	1136
AE Luísa Todi	2097	819	2092	769	2306	376
AE Barbosa du Bocage	2332	625	2270	700	2212	793
AE Lima Freitas	1395	535	1367	356	1324	478
AE Cetóbriga	1990	488	1933	533	1845	482
ES Bocage	1417	94	1459	116	1483	104
ES D. João II	1088	315	1110	355	1122	395
ES D. Manuel Martins	1088	294	1098	360	1009	290
ES Sebastião da Gama	1193	205	1361	269	1460	278

⁴ Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011.

TOTAL	16062	4458	16215	4822	16479	4539
-------	-------	------	-------	------	-------	------

Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

Quanto à “**inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)**” e “**à falta de condições para trabalhar com estes alunos**”, há a registar que o Decreto-Lei n.º3/2008 veio definir os princípios, a organização e os apoios especializados a prestar aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, os quais, consoante as necessidades individuais identificadas, podem implicar a adaptação de estratégias pedagógicas, de recursos educativos, de conteúdos curriculares, de procedimentos e de instrumentos de registo e de avaliação, bem como a utilização de tecnologias de apoio.

O artigo 4º do referido Decreto-Lei n.º 3/2008 refere que, para apoiar a adequação do processo de ensino e de aprendizagem, as escola podem desenvolver respostas específicas diferenciadas para alunos com perturbações do espectro do autismo e com multideficiência, designadamente através da criação de Unidades.

A introdução do referido Decreto-Lei veio dar origem a uma redução significativa do número de crianças com NEE integradas no ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, entre os anos lectivos 2007-2008 e 2010-2011.

Tabela 5: N.º de Alunos com NEE no Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

Necessidades Educativas Especiais (NEE)	Ano lectivo			
	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
N.º de alunos	273	179	189	198

Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

No ano lectivo transacto, 2009/2010, o total de alunos abrangidos pelo D.L. n.º3/2008 – Educação Especial no Concelho de Setúbal, foi sensivelmente de 454 alunos. Não existindo dados referente à distribuição de alunos com NEE pelos 2.º e 3.º ciclos do Ensino básico.

Quanto à “**distribuição dos alunos com NEE por Escolas Secundárias e por Agrupamentos**” podemos observar o seguinte:

Tabela 6: Distribuição dos alunos com NEE por equipamentos escolares no ano lectivo 2009/2010

Agrupamento de escola (AE)/Escola Secundária (ES)	N.º de alunos	Observações
AE Bocage	77	1 Unidade de ensino estruturado na EB Setúbal nº12 Amoreiras
AE Lima de Freitas	25	1 Unidade de multideficiência na EB Casal das Figueiras
AE Cetóbriga	86	1 Unidade de ensino estruturado do 2ºciclo na EB Aranguês
AE Ordem de Sant'ago	53	1 Unidade de multideficiência na EB Bela Vista
AE Luísa Todi	103	1 Unidade de ensino estruturado na EB Luísa Todi
AE Azeitão	36	1 Unidade de multideficiência na EB Brejoeira
ES Manuel Martins	8	
ES D. João II	31	
ES Bocage	10	
ES Sebastião da Gama	25	
Total	454	

Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

No ano lectivo em curso (2010/2011) funcionaram 6 destas Unidades, ao abrigo dos Art 25º, 26º, a saber:

- 3 Unidades de ensino especializado em multideficiência do 1º ciclo (neste momento não existe continuidade para o 2º ciclo);
- 3 Unidades de ensino estruturado para alunos do espectro do autismo, sendo 2 do 1º ciclo e 1 de 2º/3ºciclo.

Os Planos de Acção dos Agrupamentos foram elaborados com o Centro de Recursos para a Inclusão, neste caso em concreto, com a Instituição “Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal” (APPACDM). Assim, estão disponíveis para cada Agrupamento, um conjunto de técnicos que prestam apoio aos alunos abrangidos pelo D. L. nº3/2008, respectivamente terapêutas da fala, psicólogos, técnicos de reabilitação e monitores.

Estes planos foram elaborados em Maio de 2010 e posteriormente aprovados e homologados pela Direcção Regional de Educação.

Quanto à “**Intervenção Precoce**” (Crianças dos 0 aos 6 anos) o Agrupamento de escola Cetóbriga em Setúbal, sedeadada na EB Aranguês, continua a ser a sede da Intervenção Precoce dos Concelhos de Setúbal, Sesimbra e Palmela.

Exercem estas funções 9 docentes, distribuídos pelos 3 Concelhos, sendo, respectivamente, 5 em Setúbal, 2 em Sesimbra e 2 em Palmela, sendo a “Cooperativa de Educação e Reabilitação de cidadãos Inadaptados de Sezimbra (CERCIZIMBRA) a Instituição de suporte a esta valência.

Quanto às potencialidades identificadas, é possível verificar que, com a reforma dos Sistemas de educação e formação e tal como já referenciado, tanto no presente documento como no anterior Diagnóstico, há uma oferta formativa mais diversificada, designadamente com a integração das modalidades de Educação e Formação de Jovens e de Adultos, no funcionamento regular da rede escolar e de formação.

Para além da integração das modalidades de Cursos de Educação e Formação (CEF) de Jovens e Educação e Formação de Adultos (EFA) há ainda a registar uma maior regulação da oferta formativa, com a obrigatoriedade de utilização dos referenciais de formação do Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ) e da uniformização dos respectivos níveis de certificação.

Será, ainda, de salientar que estas modalidades podem ser desenvolvidas tanto por estabelecimentos de ensino do Ministério da Educação (ME), como por Centros de Formação Profissional do IEFP, I.P do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS).

Assim, e no âmbito das competências atribuídas ao Ministério da Educação e aos seus estabelecimentos de ensino, encontram-se em desenvolvimento no ano lectivo em curso (2010-2011) as seguintes medidas:

Centros Novas Oportunidades (CNO)

Existem actualmente no Concelho de Setúbal 4 Centros Novas Oportunidades da rede pública que fazem o Reconhecimento e Validação de Competências (RVC) tanto de nível básico, como secundário. Estes centros estão sedeados nos seguintes locais:

- Escola Básica de Azeitão;
- Centro de Formação Profissional de Setúbal;
- Fundação Escola Profissional de Setúbal;
- Escola Básica e Secundária (EBS) Lima de Freitas.

Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)

São cursos de dupla certificação - escolar e profissionalizante e são, essencialmente, dirigidos a jovens.

No presente ano lectivo estão em funcionamento 19 cursos nas escolas públicas do Concelho de Setúbal, dos quais 12 são cursos que iniciaram no presente ano lectivo e, os restantes, são de continuação.



A grande maioria destes cursos (17) são de Tipo 2 (T2) e 2 são de Tipo 3 (T3). Todos estes cursos conferem um nível de qualificação profissional de Nível 2 para as tipologias T2 e T3. Funcionam na Escola B Barbosa do Bocage (2 cursos), na Escola B de Aranguez (2 cursos), na Escola B de Azeitão (1 curso), na Escola B/S da Bela Vista (4 cursos), na Escola S Lima de Freitas (3 cursos), na Escola S D. João II (2 cursos), na Escola S Sebastião da Gama (3 cursos) e na Escola S D. Manuel Martins (2 cursos).

As áreas abrangidas por estes cursos são: Instalação e Operação de Sistemas Informáticos, Jardinagem e Espaços Verdes, Acção Educativa, Práticas Administrativas, Serviço de Mesa, Costura, Fotografia e Carpintaria. São frequentados por 268 formandos.

Cursos Profissionais

Modalidade de educação inserida no Ensino secundário e que se caracteriza por uma forte ligação ao mundo do trabalho.

Estão em funcionamento 54 cursos, sendo 16 novos e trinta e oito 38 de continuação. 9 cursos funcionam na Escola S D. João II, 2 na Escola S Bocage, 10 na Escola S D. Manuel Martins, 7 na Escola B/S Lima de Freitas, 6 na Escola S Sebastião da Gama e 20 na Fundação Escola Profissional de Setúbal.

Os cursos oferecidos abrangem diferentes áreas profissionais: Energias Renováveis; Turismo; Multimedia; Fotografia; Apoio à Infância; Design; Animador Sociocultural; Gestão de Equipamentos Informáticos; Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; Recepção; Electrotecnia; Marketing; Artes do Espectáculo – Interpretação; Electrónica e Telecomunicações; Análise Laboratorial; Manutenção Industrial; Informática de Gestão; Comunicação-Marketing, Relações Públicas e Publicidade; Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar; Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente; Desenho Digital 3D; Animação 2D e 3D.

Todos estes cursos conferem, no final, uma dupla certificação: conclusão do Ensino secundário e uma Qualificação Profissional de nível 4.

São frequentados por um total de 1036 formandos.

Cursos de Ensino Artístico Especializado

Os Cursos do Ensino Artístico Especializado, visam proporcionar o aprofundamento da educação artística e dos conhecimentos em ciências musicais e performativas, propiciando o

domínio avançado da execução dos instrumentos bem como das técnicas físicas e vocais; estes cursos proporcionam formação nas áreas da Dança, da Música e do Canto Gregoriano.

Destinam-se a alunos do Ensino básico e/ou do Ensino secundário e podem ser frequentados em diferentes regimes: **regime articulado** (os alunos frequentam as disciplinas da componente de ensino artístico especializado numa escola de ensino artístico especializado e as restantes componentes numa escola de ensino regular); **regime supletivo** (os alunos frequentam as disciplinas da componente de formação vocacional numa escola de ensino artístico especializado independentemente das habilitações que possuam); **regime integrado** (os alunos frequentam todas as componentes do currículo no mesmo estabelecimento de ensino).

As escolas que acolhem alunos para a frequência destes cursos são:

- EB Barbosa du Bocage (Cursos de Música);
- EB Aranguês (Cursos de Música);
- EB Luísa Todi (Cursos de Dança);
- EB Azeitão (Cursos de Música);
- ES Bocage (Cursos de Música);
- ES D. Manuel Martins (Cursos de Dança);
- Conservatório Regional de Música de Setúbal;
- Academia de Música Luísa Todi;
- Academia de Dança Contemporânea de Setúbal.

Programa de Formação em Competências Básicas (> 18 anos)

Esta modalidade de formação em competências básicas vem substituir os tradicionais cursos de alfabetização, acrescentando-lhe uma organização modular e novos conteúdos baseados em referenciais mais actualizado.

Face à Portaria n.º 1100/2010, de 22 de Outubro, os cursos iniciados irão funcionar de acordo com esta nova legislação.

Assim, o Programa de Formação em Competências Básicas, inserido no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), compreende 6 UFCD's (Unidades de Formação de Curta Duração), de 50h cada, nas áreas: Leitura e Escrita (iniciação); Leitura e Escrita (aprofundamento); Leitura e Escrita (consolidação); Cálculo (iniciação); Cálculo (aprofundamento) e ainda as Tecnologias de Informação e Comunicação (sensibilização).

Estão em funcionamento 15 acções em diferentes escola e instituições, quer em regime diurno, quer em regime nocturno.

Funcionam na Escola B n.º 11 Setúbal, na Escola S Sebastião da Gama, na Cáritas Diocesana de Setúbal, na Associação “O Sonho” – Setúbal, Praias do Sado e Manteigadas, na Associação de Solidariedade Social da Freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e no Centro Comunitário S. Sebastião.

Estão inscritos nestas acções, no corrente ano lectivo, 249 formandos.

Português para Falantes de Outras Línguas – Acções dirigidas a estrangeiros

Estas acções são organizadas de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações e as UFCD (Unidades de Formação de Curta Duração) são relativas ao Referencial “*O português para Falantes de Outras Línguas: o Utilizador Elementar no País de Acolhimento*” – Nível A1 e A2 e pelo referencial “*O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento*”- Nível B1 e B2.

- **Os Cursos de Português para Estrangeiros** devem ser organizados segundo o referencial de formação do ME “*O Português para Falantes de Outras Línguas - O Utilizador Elementar no País de Acolhimento*”, com um **mínimo de 150 horas**, tendo em vista uma certificação de nível **A1 e A2**;
- Foram introduzidos os níveis de proficiência **B1 e B2** enquadrados pelo referencial “*O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento*”. Os referenciais de competências **constam** do Catálogo Nacional de Qualificações;

A certificação do **nível B1** é obtida através da realização das Unidades de Formação de Curta Duração a seguir indicadas: 6397UI, 6398 UI e 6399 UI;

A certificação do **nível B2** é obtida através da realização das Unidades de Formação de Curta Duração a seguir indicadas: 6400 UI e 6401 UI.

No presente ano lectivo 2010/2011 abriram 3 acções de nível de certificação A1 e A2, 1 acção de nível B1 e 1 acção de nível B1 e B2, constantes do Catálogo Nacional de Qualificações.

Funcionam nas Escolas Básica de Azeitão, Escola Básica Barbosa du Bocage e na Escola Secundária de Bocage, em regime nocturno, e são frequentadas por cerca de 82 formandos.

Da análise dos dados constata-se uma evolução constante e muito significativa do número de cidadãos estrangeiros interessados nesta vertente formativa. O conhecimento da língua portuguesa promove a integração social e sócio profissional deste público.

Tabela7: Evolução do número de acções e de adultos estrangeiros, em cursos de Português para Todos

Ano lectivo	N.º de Acções	N.º de Formandos
2008/2009	4	54
2009/2010	4	60
2010/2011	11	82

Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)

Modalidade de formação para adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, para certificação do nível básico, e adultos com idade igual ou superior a 23 anos, para a certificação do ensino secundário.

Estes cursos para além de conferirem habilitações do nível Básico ou de nível Secundário, podem, ainda, conferir dupla certificação ou apenas certificação escolar.

Estão em funcionamento 30 cursos de continuação e 17 novos cursos de Educação e Formação de Adultos, no Concelho de Setúbal, num total de 47 cursos.

Estão em funcionamento 15 cursos de nível básico e 32 de nível secundário, em funcionamento nas seguintes escolas: 2 cursos na EB Barbosa do Bocage; 5 na EB Luísa Todi; 7 cursos na EB de Azeitão; 16 na ES Bocage; 13 na ES Sebastião da Gama; 1 na Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social (SEIES) e 3 na Fundação Escola Profissional de Setúbal (FEPS).

Destes, 25 cursos são de dupla certificação abrangendo as seguintes áreas: Técnico/a de Segurança e Higiene no Trabalho, Técnico/a de Acção Educativa, Técnico/a de Logística, Electricista de Instalações, Técnico/a Administrativo/a, Técnico/a de Contabilidade, Técnico/a de Obra/Conductor(a) de Obra, Assistente Familiar e à Comunidade, Recepcionista de Hotel e Técnico/a de Informação e Animação Turística.

Formações Modulares

Acções dirigidas a adultos com níveis de habilitação escolar igual ou superior ao 1.º ciclo.

As formações modulares integram Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), de acordo com os respectivos referenciais de formação constantes no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Estão previstas abrir 46 UFCD, constantes do CNQ, nas seguintes áreas: Linguagem e Comunicação (LC); Linguagem e Comunicação – Língua Estrangeira (LC_LE); Matemática para a Vida; Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); Cidadania e Profissionalidade (CP); Cultura, Língua e Comunicação (CLC); Cultura, Língua e Comunicação_Língua Estrangeira (CLC_LE) de Inglês e Espanhol e do Office (Formação Tecnológica).

Algumas destas acções são dirigidas, essencialmente, a público dos Centros Novas Oportunidades.

As formações modulares da responsabilidade do ME funcionam nas seguintes escolas ou delas dependentes:

- EBS Lima de Freitas,
- EB de Azeitão e
- EB de Aranguês / Junta de Freguesia do Sado.

Para além das modalidades acima referidas há ainda a registar o recurso ao desenvolvimento de **Programas Curriculares Alternativos** que segundo informação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) para o ano lectivo 2010/2011 abrange o seguinte n.º de alunos/turmas:

Tabela 8: N.º de alunos e de turmas em Programas Curriculares Alternativos por Agrupamento de Escola

Agrupamento de escola (AE)	N.º de Alunos	N.º de turmas		
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
AE Azeitão	17			1
AE Ordem de Sant'Iago	111	2	4	1
AE Luisa Todi	46		4	2
AE Lima de Freitas	20		1	1
Total	194	2	9	5

Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

Como **potencialidade** foi, ainda, referida nesta unidade temática “RECURSOS”, “**a maior oferta de actividades de enriquecimento curricular**” de que são exemplo as **AEC**.

As AEC constituíram uma medida cujos objectivos passam, no essencial, por garantir o acesso generalizado e uma melhor preparação de todas as crianças do 1.º ciclo em áreas do conhecimento e do saber fazer que, de outra forma, estariam reservadas apenas aos filhos de famílias com maiores recursos financeiros.

Por outro lado, representaram um apoio significativo para os pais, vindo resolver o problema da ocupação dos tempos livres das crianças, em idade escolar.

As áreas do saber a que nos referimos e que constituem abordagens nas AEC são, por exemplo, a Actividade Física e Desportiva, o Inglês e a Música/Expressão Musical.

Este Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular encontra-se regulamentado pelo Despacho n.º 14460, de 26 de Maio de 2008. Este Despacho decorre da primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular do Programa de Generalização do Inglês nos 3º e 4º anos do 1º ciclo, em 2005, e dos significativos resultados alcançados pelo Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3º e 4º anos e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo, lançado em 2006/2007, que veio consolidar o conceito de escola a tempo inteiro.

A evolução do número de crianças nestas actividades tem continuamente vindo a aumentar, conforme se pode observar no quadro que a seguir se apresenta:

Tabela 9: Evolução do número de alunos no 1.º ciclo e nas AEC de 2008/2009 a 2010/2011

Agrupamentos de Escola (AE)	Ano lectivo					
	2008/2009		2009/2010		2010/2011	
	1.º Ciclo	AEC	1.º Ciclo	AEC	1.º Ciclo	AEC
AE Azeitão	628	268	642	384	658	570
AE Ordem de Sant'Iago	776	776	730	730	751	751
AE Luisa Todi	1158	674	1172	681	1183	781
AE Barbosa du Bocage	987	638	921	699	998	776
AE Lima Freitas	516	141	484	312	444	201
AE Cetóbriga	910	679	896	668	856	688
TOTAL	4975	3176	4845	3474	4890	3767

Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

Nesta data, não existe informação disponível actualizada sobre o pré-escolar. Contudo, e de acordo com a informação constante do anterior Diagnóstico, existiam apenas 10 equipamentos que davam resposta a 460 crianças, pretendendo a Autarquia construir 11 salas de ensino pré-escolar (informação que carece de validação), a saber:

- 1 sala na Gâmbia;
- 2 salas em S. Simão;
- 3 salas em S. Lourenço;
- 2 salas em Aranguês;
- 1 sala nas Praias do Sado.

Quanto a outros equipamentos e pelos dados disponíveis, é possível observar que, em 2010, foram objecto de grandes remodelações duas das escolas do Concelho, com maior n.º de alunos, a saber:

- Escola Básica (EB) Luísa Todi;
- Escola Secundária (ES) Sebastião da Gama.

Tabela 2: Equipamentos Escolares Novos e Grandes remodelações – Concelho de Setúbal 2010

Escola Básica (EB) / Escola Secundária (ES)	1.º ciclo	Jardim de Infância
EB Luísa Todi	Luísa Todi	Luísa Todi
ES Sebastião da Gama	Brejoeira	Bairro Afonso Costa

Fonte: Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, Relatório Descritivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino de Setúbal, Janeiro 2011

Quanto a outros projectos de obras já realizados em escolas do 2.º e 3.º ciclos há ainda a referir que foi concluído o projecto de substituição da EB 2,3 Ana de Castro Osório, através da sua fusão com a Escola Secundária da Bela Vista, criando-se uma EBS.

Ainda e no que respeita “às obras no parque escolar”, para além das remodelações já registadas, segundo informação facultada pela Equipa de Apoio às Escolas da DRELVT do ME, estão previstas para 2011, remodelações na Escola Secundária D. João II e na Escola Básica Lima de Freitas.

Considerações Finais

A título de balanço final, é possível tecer algumas considerações sobre a problemática da Educação, consolidando ou (re)equacionando algumas questões de primordial importância para o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Setúbal.

Importa observar que o objectivo principal deste trabalho era construir um Diagnóstico participado que permitisse equacionar pistas e linhas de acção para um Plano de Desenvolvimento Social ajustado às necessidades identificadas.

Contudo, não se pode deixar de registar, que os dados aqui recolhidos e as reflexões efectuadas, dizem respeito apenas a uma cota parte dos agentes com responsabilidades nas matérias da Educação (Professores e técnicos), sendo de propor, desde já, que uma acção a valorizar no próximo Plano de Desenvolvimento Social, passe pelo reforço da participação de agentes-chave nalguns domínios estratégicos, designadamente da Educação, tais como pais, alunos e/ou associações de pais e/ou estudantes.

Pese embora a metodologia escolhida para a realização deste Diagnóstico participado, importa também registar que os contributos apurados estão naturalmente condicionados aos territórios e contextos dos participantes, assim como às experiências e vivências pessoais / profissionais.

Resultam desta análise um conjunto de questões que podem, eventualmente, ser agrupadas em 3 dimensões-chave, das quais se ressaltam algumas considerações e/ou propostas a ter em conta na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social:

Relação escola/família/comunidade

Ficou patente a necessidade de uma maior aproximação entre todos os agentes com responsabilidades nas matérias da Educação, bem como a necessidade de se estabelecerem pontes e desenvolver estratégias que favoreçam a aproximação e combatam o distanciamento entre os Professores e os pais. Como medidas favorecedoras desta aproximação foram apontadas, por exemplo, a mudança dos horários de atendimento dos pais nas escolas ou a aplicação de instrumentos de partilha e troca de informação entre pais/alunos/escola.

A promoção de acções de formação e/ou sensibilização dos pais/educadores pode configurar uma outra via para o diálogo e reflexão conjunta, bem como uma forma alternativa de espaços formativos.

No que respeita, por exemplo, à relação escola/comunidade importa criar as condições necessárias para o desenvolvimento de programas e projectos conjuntos que favoreçam o percurso educativo das crianças e jovens, mobilizando e rentabilizando recursos, que contribuam para a promoção do aluno-cidadão.

Neste domínio será de reforçar o desenvolvimento de projectos de articulação escola/comunidade de que poderão ser exemplo os Projectos Educativos das Escolas, que têm proporcionado a aproximação a instituições e pessoas da comunidade, através designadamente da visita dos alunos a equipamentos sociais, participação em festas, eventos comemorativos, campanhas de solidariedade, entre outras actividades.

Na mesma linha se configura a necessidade de um maior intercâmbio e colaboração intra e inter instituições da comunidade, através da partilha de informação e acompanhamento conjunto de alunos e/ou famílias que necessitem de um apoio de maior proximidade.

Será, ainda, de reforçar a importância da implementação das AEC's e das mais valias produzidas no apoio às famílias, designadamente na ocupação dos tempos livres e no desenvolvimento de competências em áreas de acesso agora alargado a todos os alunos, como a Música, a Educação Física e o Inglês.

Por outro lado e ainda nesta lógica da rentabilização e mobilização de recursos, importa referir a necessidade de uma maior articulação entre as Escolas, os Centros de Formação Profissional e Empresas da Região, para um maior ajustamento das ofertas formativas às necessidades e interesses dos jovens, bem como às necessidades do mercado de trabalho.

Contudo, esta questão deve merecer uma análise mais aprofundada entre as motivações dos jovens e o ajustamento das ofertas formativas, uma vez que este problema assume duas dimensões distintas: motivar para a qualificação escolar ou qualificar para o mercado de trabalho. Esta questão terá de conduzir a curto e médio prazo a uma clarificação dos objectivos pretendidos.

Importa, de igual modo, reforçar as mais valias introduzidas pela reforma dos Sistemas de educação e formação, que criaram mais oportunidades de qualificação dos jovens, através de uma maior diversificação das ofertas formativas e das modalidades de formação, designadamente os Cursos de Educação e Formação de Jovens e Adultos.

Esta questão vem, ainda, introduzir mais valias significativas no combate ao insucesso e abandono escolar, criando novas oportunidades de acesso aos Sistemas de educação e

formação, promovendo a inserção dos jovens na vida activa com as devidas qualificações e prevenindo, desta forma, a sua inserção precoce no mercado de trabalho.

Contudo, importa melhorar a articulação entre os diversos operadores educativos e formativos, nomeadamente a definição de circuitos formais de comunicação e partilha de informação.

Relação dos alunos com a escola

A desvalorização e/ou as baixas expectativas dos alunos em relação à escola constituem uma das grandes preocupações da comunidade educativa, sendo de realçar as propostas de um maior envolvimento de todos os agentes no acompanhamento dos percursos educativos das crianças e jovens, procurando rentabilizar e mobilizar todos os recursos disponíveis e apostando, na valorização da escola/educação enquanto “motor” do desenvolvimento social e económico, da sociedade em geral e do Concelho em particular.

No que respeita à relação dos alunos com a escola, será, de igual modo, de reforçar a reflexão efectuada sobre a indisciplina, a (des)motivação das crianças e jovens com repercursões no (in)sucesso e/ou no abandono escolar, de forma a identificar estratégias que possam ir de encontro aos interesses e motivações dos alunos, sendo de referenciar, por exemplo, actividades-chave, como a Música e o Desporto, que possam contribuir para a promoção do sucesso educativo, mobilizando recursos instalados nas escolas e na comunidade.

Nesta dimensão importa, ainda, destacar a importância da implicação da família no processo educativo das crianças e jovens, designadamente no que respeita às representações e/ou (des) valorização da escola, sendo certo que a promoção do sucesso educativo deve ser uma responsabilidade partilhada, numa lógica de promoção do aluno-cidadão.

Relação dos Professores com o Sistema educativo

Em relação ao Sistema educativo as principais questões em análise foram: a formação, as alterações na carreira docente e respectivo Sistema de avaliação de desempenho.

É de salientar que a última reforma do Sistema educativo introduzida em Portugal, teve de igual modo repercursões a este nível, não devendo, contudo, constituir factor de desmotivação mas sim de consciencialização da enorme responsabilidade atribuída à Educação e aos seus principais agentes de desenvolvimento, pese embora algumas questões, *designadamente as relacionadas com* a formação possam merecer algumas propostas em sede de Plano de Desenvolvimento Social, considerando, a desejável articulação escola/família/comunidade e a mobilização de recursos locais.

Importa, ainda, reforçar algumas das questões suscitadas em torno dos recursos disponíveis e/ou a mobilizar, tanto em termos de infra-estruturas físicas como humanas e materiais, tais como o alargamento da rede pré-escolar e o esforço das equipas multidisciplinares nas escolas para maior cobertura da rede escolar, estando esta última questão muito associada ao apoio aos alunos e aos pais.

Por fim e no quadro da política educativa ainda em vigor, que operou a transferência de atribuições e competências para o Município, temos o Concelho Municipal de Educação e a Carta Educativa do Concelho de Setúbal, como instrumentos privilegiados de análise e de diagnóstico, reunindo informação e dados estatísticos fundamentais para o planeamento e ordenamento do território educativo.

Assim, e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, importará ter em conta a actualização da Carta Educativa, em particular dos dados relativos ao nível de instrução da população do Concelho de Setúbal, tendo em conta que o nível de qualificação é um dos indicadores que determina o grau de desenvolvimento de um território.

Espera-se, pois, que este documento possa contribuir de uma forma efectiva para um Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Setúbal, mais consentâneo com as necessidades educativas.

Mais se ressalva que, à data da conclusão deste trabalho, se encontram em curso mudanças estruturais no âmbito das competências e atribuições do Ministério da Educação, bem como no seu modelo de funcionamento, com impactos, nomeadamente nos Programas Curriculares em desenvolvimento já no próximo ano lectivo 2011-2012 e que importará considerar, em sede de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Setúbal.

Setúbal, 8 de Agosto de 2011

Anexos



*Reunião do Grupo de Trabalho – Diagnóstico sobre Educação
2 de Fevereiro de 2011*

DOCENTES (11)

- (-) Turmas com número elevado de alunos, logo o ensino não pode ter mais qualidade (3)
- (-) Falta de tempo lectivo para abordar temáticas como a saúde e cidadania (3)
- (-) Formação professores e auxiliares (2)
- (+) Cada vez mais os docentes estão disponíveis para ajudar, no entanto cada vez mais os alunos dedicam-se menos ao estudo e às oportunidades (0)
- (-) Falta de motivação para os professores. Demasiadas alterações na carreira (2)
- (+) Disponibilidade dos docentes (0)
- (+) Disponibilidade de professores (1)
- (+) Disponibilidade de Professores (0)

ALUNOS (13)

- (-) Acompanhamento familiar aos alunos (0)
- (-) Acompanhamento técnico pais/alunos (0)
- (-) Desvalorização do sucesso escolar (0)
- (-) Absentismo / abandono escolar (1)
- (-) Ausência de noção de “projecto de vida” (lógica imediatista) (3)
- (-) Absentismo escolar / desmotivação (1)
- (-) Alunos desmotivados e sem objectivos (2)
- (-) Indisciplina (0)
- (-) Consumo SPA’S pelos adolescentes (0)
- (-) Baixas expectativas relativamente à escola (4)
- (-) Expectativas em relação à relação à escola (0)
- (-) Contextos de (pré) delinquência (1)
- (+) Possibilidade de melhoria de vida (0)
- (-) Absentismo escolar (0)
- (-) Absentismo (1)
- (-) Absentismo escolar (0)

FAMÍLIA (12)

- (-) Falta de colaboração parental (1)
- (-) Ausência de incentivo familiar para prossecução dos estudos (0)
- (-) Meio familiar, ausência ou negligência de acompanhamento (1)
- (-) Fraca implicação parental/familiar no percurso formativo dos jovens (3)
- (-) Problemas sociais = pouco envolvimento pais / Encarregado de Educação no futuro escolar /profissional dos educandos (7)

ARTICULAÇÃO/PARCERIA (10)



- (+) Maior articulação das escolas com os projectos / entidades envolventes (programa Escolhas, IPSS, etc.) (0)
- (-) Falta de articulação Equipas: escolas / Centro de formação (0)
- (-) Pouca articulação entre instituições: escola/Segurança Social/ Centro de Saúde/RSI/CPCJ (4)
- (+) Cooperação entre instituições (6)

RECURSOS (14)

- (+) Maior oferta educativa/formativa – PCA/SEF (0)
- (-) Necessidade de técnicos especializados nas escolas. Equipas multidisciplinares (1)
- (+) Plano tecnológico - escolas equipadas com material informático (0)
- (-) Falta de cursos aliciantes para jovens (ex: mais práticas, ...) (2)
- (-) Ausência de valores e regras de conduta (0)
- (+) Oferta educativa diversificada (0)
- (+) Possibilidade de frequência das acções / cursos CEF como alternativa ao ensino regular (0)
- (+) Aumento do pré-escolar (0)
- (+) Obras no parque escolar (0)
- (-) Inclusão de alunos NEE – sem condições para trabalhar com estes alunos (0)
- (+) Alunos têm a mesma oportunidade (0)
- (-) Pressão demográfica = dificuldade rede = dificuldade em diversificar ofertas formativas (1)
- (-) Pressão demográfica, dificuldades de rede escolar (0)
- (-) Carência de orientação vocacional para os jovens na escola (4)
- (-) Pouca oferta escolar / profissional - equivalência 2.º ciclo (2)
- (-) Deficientes condições de algumas escolas do Concelho (0)
- (+) Maior oferta de actividades extra-curriculares na escola (0)
- (-) Escolas sem Equipamentos desportivos (ginásios) (4)
- (-) Verbas, número de escolas, professores contratados (0)
- (+) Aumento do pré-escolar (0)
- (-) Falta de equipamentos de apoio no Concelho. Ex. Sala de espectáculos, bibliotecas, etc. (0)
- (-) Dificuldades das famílias – aquisição de material escolar / manuais (0)

Plenário:

- Falta de recursos humanos nas áreas transversais associadas: saúde (clínica geral – médicos de família, pedopsiquiatria, psicologia) e CPCJ.

- Desorganização / disfuncionalidade das famílias.

Necessidade de maior articulação escolas / Centro de Formação Profissional –
Coordenação das ofertas formativas em função dos interesses dos jovens.